



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social

TRANSFEMINISMO NA CENA PÚBLICA: DIÁLOGOS E LUTAS CONTRA A TRANSFOBIA

MAYARA DA SILVA SARAIVA¹

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as contribuições do transfeminismo para o combate à transfobia. O estudo discorre, ainda, sobre a tensão teórica e política observada entre movimentos de pessoas trans e o feminismo radical trans excludente. Compreendemos que tal disputa contribui para a fragilização da luta anti patriarcal, pois fragmenta a organização política dos sujeitos e de seus movimentos.

Palavras-Chave: Transfeminismo; TERF; cisheteropatriarcado; capitalismo.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar las contribuciones del transfeminismo en la lucha contra la transfobia. O estudo também aborda a tensão teórica e política observada entre os movimentos de pessoas trans e o feminismo radical trans excluyente. Entendemos que tal disputa contribuye a la debilitación de la lucha antipatriarcal, ya que fragmenta la organización política de los sujetos y sus movimientos.

Palabras clave: Transfeminismo; TERF; cisheteropatriarcado; capitalismo.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, temos observado o acirramento da tensão entre grupos transfeministas e feministas radicais, expresso em situações de violência e violações de direitos que afetam ambos os lados dessa disputa. De um lado, constatamos a persistência de discursos

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e posturas trans-excludentes por parcela do chamado Feminismo Radical², ou seja, falas e ações contrárias aos direitos de mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas e transfemininas e não binárias; do outro, observamos a reprodução de ideologias machistas, sexistas e misóginas dentro dos movimentos LGBTQIAP+³.

Uma das pautas defendidas por grupos de feministas radicais diz respeito à presença de mulheres trans e travestis em espaços anteriormente exclusivos para mulheres cisgêneras⁴, como abrigos para vítimas de violência doméstica e penitenciárias femininas. Em relação ao uso dos banheiros, argumenta-se que a liberação do acesso de mulheres trans e travestis aos sanitários femininos contribuiria para o aumento dos casos de estupro de mulheres, uma vez que homens poderiam fantasiar-se (sic) de trans para adentrar esses espaços.

O que tal perspectiva parece desconsiderar é que o perfil dos agressores em casos de estupro no Brasil é formado, majoritariamente, por homens cisgêneros, heterossexuais e que não precisaram recorrer a quaisquer indumentárias ou adereços para cometer os seus crimes. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), cerca de 70% casos de estupro de mulheres em 2022 foram cometidos no ambiente doméstico, por familiares ou por pessoas conhecidas da vítima.

Para além disso, impedir mulheres trans e travestis de utilizarem banheiros femininos significa deixá-las vulneráveis à violência transfóbica, que ocorre, predominantemente, em espaços públicos. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), foi percebido um aumento de 10,7% no número de assassinatos contra pessoas trans, passando de 131 em 2022 para 145 em 2023. Paradoxalmente, nesse mesmo período, o Brasil observou queda de 5,7%100 nos assassinatos da população em geral.

É de conhecimento comum que uma parcela do feminismo radical não compreende mulheres trans e travestis como mulheres de fato. Para defensoras do *TERF*, pessoas trans seriam um subproduto do patriarcado, ou do que a autora Janice Raymond denominou de

² O Feminismo Radical constitui uma importante corrente do Feminismo que ganhou força a partir da década de 1970, durante a chamada “segunda onda”. Em uma análise etimológica, o termo “radical” refere-se à “raiz”. Assim, trata-se de uma perspectiva teórica e política que analisa as desigualdades entre homens e mulheres a partir de sua base estruturante, o patriarcado. Nesse sentido, nossa crítica direciona-se não ao Feminismo Radical como um todo, mas a uma vertente desse movimento intitulada de trans-excludente, ou seja, que se opõe a um conjunto de direitos que compõem a agenda dos movimentos de pessoas trans.

³ A sigla refere-se à comunidade formada por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queers*, intersexo, assexuais, pansexuais e outras expressões de gênero e sexualidade.

⁴ O prefixo “cis” vem do latim e significa “do mesmo lado” ou “ao lado de”. Assim, o termo cisgênero é comumente utilizado para designar os sujeitos que se reconhecem na identidade de gênero que lhes foi designada no nascimento, sendo o oposto de transgênero.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“império transexual” em sua obra *Transsexual Empire: The Making of the She-Male*⁵. A ativista norte-americana denuncia a existência de um mercado financiado pela comunidade médica, que reforçaria os estereótipos de gênero por meio de intervenções estéticas e cirúrgicas. Em outras palavras, ao construírem suas performances ou expressões de gênero dentro de uma perspectiva binária, mulheres trans e travestis, por exemplo, contribuiriam para a reprodução dos padrões sexistas que, historicamente, têm colocado as mulheres em lugares de subalternização e de inferiorização social em relação aos homens.

Concordamos com a autora que, como pessoas trans, estamos sujeitas a reproduzir tais padrões. Entretanto, consideramos equivocado atribuir unilateralmente a nós a responsabilidade pela desestabilização, ou mesmo pelo fim dos estereótipos de gênero, uma vez que, assim como as pessoas cisgêneras, performamos nossas identidades a partir dos códigos binários de gênero que são socialmente criados e culturalmente impostos em determinado espaço e tempo histórico. Outrossim, entendemos que luta feminista se pauta, justamente, no princípio da liberdade, o que compreende o direito de existir conforme aquilo que nos realiza como sujeitos.

Ainda segundo essa tese, a transgeneridade masculina seria, também, uma expressão do patriarcado e da opressão contra a mulher. Em outras palavras, homens trans e pessoas transmasculinas seriam, na verdade, “mulheres” que decidiram transicionar,⁶ ou “tornar-se homens” como estratégia de fuga do machismo, do sexismo e da misoginia. Por sua vez, mulheres trans, travestis e pessoas transfemininas seriam “homens” usurpando o lugar das mulheres, em mais uma estratégia de dominação do patriarcado.⁷

Compreendemos que a tese acima é problemática em vários aspectos. Um dos principais diz respeito ao entendimento das categorias homem e mulher em uma perspectiva biologizante e essencialista, ligada à anatomia dos corpos. Havemos de nos perguntar: o que é ser homem? E o que é ser mulher? Seria, respectivamente, nascer com um pênis ou com uma vagina? Sabemos que esse questionamento tem sido reiteradamente problematizado e discutido por praticamente todas as correntes do feminismo há algumas décadas. Desde obras do feminismo clássico, até a literatura feminista mais recente, diversas/os autoras/es têm reiterado a tese de que ser homem ou ser mulher está para além das características físicas e/ou anatômicas com as

⁵ A obra foi publicada pela autora em 1979 e constitui um dos marcos do TERF.

⁶ A transição de gênero pode ser entendida como a adequação da expressão de gênero à identidade de gênero, podendo envolver modificações físicas, psicológicas e/ou sociais.

⁷ Segundo o Dicionário Crítico do Feminismo (2009), a etimologia do termo patriarcado pode ser explicada pela junção das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem e comando). Desse modo, podemos considerar que: [...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai (HIRATA et al, 2009, p. 173-174).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

quais nascemos, sendo, portanto, categorias sócio-históricas, políticas e culturais. Afirmar isso, todavia, não significa negar a biologia, tampouco a materialidade dos corpos, mas entender, como nos diz Butler (2009), que o corpo - assim como o próprio sexo - é uma realidade também discursiva.

Entretanto, uma parcela do feminismo radical tem insistido na tese de que a base da dominação masculina sobre a mulher dá-se a partir, somente, da diferença sexual/anatômica, ignorando a dimensão da identidade de gênero. Nessa abordagem, mulheres trans e travestis não poderiam ser consideradas sujeitos políticos do feminismo, uma vez que, ao “nascerem biologicamente do sexo oposto”, não seriam vitimadas pelo sexismo. Tal perspectiva de análise, além de reforçar a essencialização da categoria mulher, contribui para a exclusão das pessoas trans do movimento feminista. Não à toa, temos observado que a agenda das mulheres trans e travestis tem figurado quase exclusivamente dentro dos movimentos LGBTQIAP+, ficando de fora dos espaços de produção acadêmica e de organização política do feminismo.

Em uma abordagem transfeminista, todavia, compreendemos que *a transfobia também constitui uma expressão das relações patriarcais de gênero*, que se se materializa por meio dos *processos de opressão e exploração não só da mulher, mas dos sujeitos associados ao feminino no capitalismo*. Um exemplo desta tese reside no fato de que homens gays que expressam suas identidades de gênero dentro de padrões considerados mais femininos tendem a sofrer mais violências e violações de direitos, inclusive dentro da própria comunidade LGBTQIAP+. Outro exemplo é a naturalização do uso de termos e de expressões femininas no grau diminutivo como formas de xingamento e de inferiorização do outro, tais como “mulherzinha” e “bichinha”. Mesmo no caso dos homens trans e de pessoas transmasculinas, é possível observar as raízes patriarcais da transfobia e da misoginia, quando esses corpos são violentados por continuarem a ser socialmente categorizados como femininos, sobretudo a partir de discursos falocêntricos.

Nossa tese, portanto, parte do pressuposto de que a análise crítica da LGBTQIAPfobia não pode prescindir do debate sobre o machismo, sobre o sexismo e sobre a misoginia como sistemas de opressão e exploração que estruturam a sociedade de classes. Compreendemos que o próprio binarismo de gênero (homem-mulher), é instituído a partir de uma lógica que possui base material, vinculada à divisão sexual do trabalho⁸, e que atende a interesses políticos e econômicos das classes dominantes.

Como citado anteriormente, consideramos importante destacar que, como pessoas trans, não estamos imunes a reproduzir a ideologia cisheteropatriarcal. A concepção de que pessoas

⁸ Trataremos desse tema mais à frente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trans são aquelas que, obrigatoriamente, realizam intervenções estéticas e/ou cirúrgicas em seus corpos é amplamente reproduzida pela comunidade LGBTQIAP+. No caso de mulheres trans e travestis, é comum que esse público recorra a terapias hormonais e a procedimentos médicos, como cirurgias de feminização facial e implante de silicone, muitas vezes de forma insegura, como nos casos de aplicação de silicone industrial⁹.

Nossa crítica, entretanto, não se direciona à realização de tais procedimentos em si, uma vez que pessoas cisgêneras recorrem cotidianamente a uma infinidade de intervenções corporais a fim de alcançarem os padrões estéticos socialmente instituídos para homens e mulheres - e o fazem sem a necessidade de qualquer afirmação ou comprovação de suas identidades de gênero ou de qualquer grau de disforia¹⁰ em relação aos seus corpos.

Problematizamos, por outro lado, a transfobia que se expressa dentro da própria comunidade trans em relação à adequação compulsória aos padrões cisnormativos. É comum, por exemplo, que mulheres trans e travestis oprimam outras que não podem - ou que simplesmente não desejam - realizar modificações em seus corpos.

Compreendemos, ainda, que a busca pelo reconhecimento social de nossas identidades de gênero, ou seja, para que sejamos socialmente “lidas” e tratadas como mulheres, coloca muitas de nós em situações de disputa, inclusive, com mulheres cisgêneras. Contraditoriamente, tendemos a reproduzir discursos misóginos relacionados à inferiorização do órgão sexual feminino, bem como de características físicas mais específicas de seus corpos, como a celulite ou o fator menstruação, por exemplo.

Por outro lado, acreditamos que a participação de grupos feministas nos movimentos trans - sobretudo dos que partam de uma perspectiva crítica - contribui para a formação da consciência feminista de mulheres e homens trans, travestis e pessoas trans não binárias, bem como para o entendimento da transfobia a partir das bases materiais que lhes dão sustentação, ou seja, da sua relação com o sexismo, com a misoginia e com o cisheteropatriarcado.

Marxismo e diversidade humana

⁹ O silicone industrial é um líquido oleoso, composto de silício e de outras substâncias consideradas nocivas para o corpo humano, devido à presença de bactérias e de outros microrganismos. A aplicação do produto oferece riscos substanciais de complicações por inflamações e infecções.

¹⁰ Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a disforia de gênero refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa. Embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgia não estão disponíveis. O termo atual é mais descritivo do que o termo anterior transtorno de identidade de gênero, do DSM IV, e foca a disforia como um problema clínico, e não como identidade por si própria.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas (Karl Marx).

Nas últimas décadas, temos observado, no âmbito da tradição marxiana, o aumento de pesquisas voltadas às questões da diversidade humana. Em linhas gerais, esses estudos compreendem que a relação capital vs trabalho - elemento fundante da luta de classes - também é mediada por relações de “raça” e de sexo/sexualidade, ou seja, que essas dimensões da vida humana também são apropriadas nas relações de produção e de reprodução social que estruturam o sistema capitalista. Nesse cenário, o marxismo tem se apresentado, cada vez mais, como um campo de disputas por parte de diferentes correntes de pensamento - menos ou mais ortodoxas - dialogando, inclusive, com outras perspectivas teóricas.

Nas leituras feitas da obra de Karl Marx, o que conhecemos por teoria marxiana, encontramos uma diversidade relativamente grande de interpretações acerca de diferentes temas, sobretudo em relação às chamadas agendas identitárias, a exemplo das lutas das mulheres, das pessoas negras e da comunidade LGBTQIAP+. Algumas dessas interpretações acreditam que a absorção dessas pautas pelo marxismo deveria ser secundária, visto que “atrapalharia” a luta de classes. Em outras palavras, em uma abordagem economicista do marxismo, primeiramente seria necessário realizar a revolução, ou seja, superar o próprio capitalismo para, somente depois, se pensar nas questões relativas à diversidade humana.

Entretanto, o próprio Marx nos diz que os sujeitos que protagonizam a luta de classes são pessoas reais, “de carne e osso”, que se constituem a partir de relações materiais concretas em diferentes contextos sócio-históricos. Compreender a materialidade do sujeito não significa, entretanto, defender qualquer perspectiva de base naturalista e/ou essencialista, pelo contrário. O próprio materialismo histórico-dialético nos mostra que o sujeito não existe dissociado das relações sociais que o constituem.

Ele não é somente as ideias que ele produz sobre si mesmo, mas é feito a partir das condições concretas em que se insere. Feito da sua vida concreta, está sempre sendo, produzindo a realidade e a si mesmo a partir do seu fazer histórico, que é a sua capacidade de intervir sobre o que está no mundo (que é, conseqüentemente, produto social). Aqui reside um equívoco sobre o pensamento marxiano, que é a premissa de que se os seres humanos são feitos de carne e osso, existiria então uma verdade natural sobre eles, assim como o gênero e a sexualidade poderiam ser pensados também de maneira fixa e como uma verdade do sujeito (Ferreira, 2020, p. 154).

Na lógica de uma sociabilidade estruturada pelo sistema capitalista, as diferenças que são inerentes à diversidade humana - como a etnia, a orientação afetiva/sexual, a identidade de gênero e a presença de deficiências-, são apropriadas pela lógica do sistema, sendo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

transformadas em desigualdades. Nessa lógica, sistemas de opressão e exploração como o racismo, o machismo, a LGBTQIAPfobia e o capacitismo passam a ser compreendidos como estruturais e estruturantes, uma vez que se tornam funcionais à reprodução dos antagonismos de classe e à própria manutenção do sistema.

As diferenças, próprias da diversidade humana, em uma sociedade racista, heterossexista e patriarcal, são transformadas em desigualdades naturalizadas. São essas expressões da diversidade transformadas em desigualdades que particularizam as condições de vida e de trabalho de uma mesma classe (Cisne; Santos, 2018, p. 75).

Nos estudos de gênero, em uma perspectiva crítica, compreendemos que questões como o machismo, por exemplo, são expressões de um sistema cisheteropatriarcal¹¹, possuindo, portanto, bases históricas, políticas e, sobretudo, econômicas. Acerca da definição de patriarcado, o Dicionário Crítico do Feminismo (2009) nos traz que:

o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de 'dominação masculina' ou de opressão das mulheres. [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai (Hirata *et al*, 2009, p. 173-174).

Embora o cisheteropatriarcado seja anterior ao capitalismo, é nesse sistema que passa a ser incorporado como uma ferramenta de exploração e de dominação masculina a serviço do acúmulo de capital. Segundo Federici (2017), a apropriação do corpo da mulher, seja por meio do trabalho doméstico não remunerado, seja pela exploração do trabalho sexual e reprodutivo, foi essencial para a instituição e manutenção do capitalismo, desde a sua fase primitiva até a contemporaneidade.

Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (Federici, 2017, p. 34).

Para realizar-se enquanto sistema de exploração da classe proletária, o capitalismo prevê, dentre outros fatores, a instituição de padrões de gênero que são naturalizados nas relações de poder por meio da cultura. Para Saffioti (2013), feminismo e marxismo estão intrinsecamente ligados, não sendo possível superar a condição de exploração da mulher sem

¹¹ A utilização dos prefixos "cis" e "hetero" junto ao termo é feita por autoras como Nascimento (2021) e Akotirene (2019), para dar visibilidade às dimensões cissexista e heterossexista que também estruturam o patriarcado. Nesse sentido, o cisheteropatriarcado pode ser entendido como um sistema de opressão e exploração que incide negativamente sobre a vida das mulheres, das pessoas não heterossexuais e não cisgêneras.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alterar as correlações de poder inerentes ao sistema, ou seja, sem superar o próprio capitalismo.

Como estratégia de dominação e de controle ideológico, as desigualdades entre os sexos foram naturalizadas a partir de fatores, muitas vezes, de ordem biologicista. Expressões cotidianamente atribuídas às mulheres como o “sexo frágil” carregam consigo um conjunto de ideologias que, historicamente, foram utilizadas para colocar as mulheres em lugares de subalternização em relação aos homens.

Por muito tempo, as atividades corporais e esportivas (a ginástica, os esportes e as lutas) não eram recomendadas às mulheres porque poderiam ser prejudiciais à natureza de seu sexo, considerado como mais frágil em relação ao masculino. Centradas em explicações biológicas, mais especificamente, na fragilidade dos órgãos reprodutivos e na necessidade de sua preservação para uma maternidade sadia, tais proibições conferiam diferentes lugares sociais para mulheres e para homens onde o espaço do privado – o lar – passou a ser reconhecido como de domínio da mulher, que nele poderia exercer, na sua plenitude, as virtudes consideradas como próprias de seu sexo tais como a paciência, a intuição, a benevolência, entre outras. As explicações para tal localização advinham da biologia do corpo, representado frágil, não pela tenacidade de seus músculos, pela sua maior ou menor capacidade respiratória ou, ainda, pela envergadura de seus ossos, mas pelo discurso e pelas representações de corpo feminino que nesse momento se operam (Louro, 2003, p. 31).

Na verdade, essa tentativa de naturalização vincula-se a uma lógica de exploração da mulher que é funcional à instituição e manutenção do sistema capitalista, desde a sua fase primitiva aos dias atuais. Enquanto o trabalho masculino esteve vinculado historicamente à produção de mercadorias e à noção de valor, as atividades femininas foram restringidas ao cuidado com o lar e com os filhos.

Embora o cisheteropatriarcado atinja centralmente as mulheres, também é fonte de opressões e explorações para outros/as sujeitos/as associados/as ao sexo feminino, a exemplo das pessoas trans. Assim, em uma perspectiva crítica, consideramos que opressões como o machismo e a LGBTQIAPfobia são expressões de um sistema que é, ao mesmo tempo, cisheteropatriarcal, racista e capitalista.

Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais. Logo, ainda que o exercício do poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação (Cisne; Santos, 2018, p. 43).

Até aqui, vimos que a teoria marxiana não é homogênea, sendo constituída por vozes que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ecoam em diferentes perspectivas, mais ou menos economicistas. Vimos também que o capitalismo, como sistema que prevê o antagonismo entre as classes - uma detentora dos meios de produção e outra que vende a sua força de trabalho - também é estruturado pelo cisheteropatriarcado, um sistema pautado na inferiorização social da mulher e dos/as sujeitos/as associados/as ao sexo feminino.

Os elementos apresentados até aqui nos permitem concluir que opressões como a transfobia¹² possuem uma base que é estrutural, vinculada às ideologias cisheteropatriarcais das classes dominantes, que se expressam por meio da naturalização do padrão do homem branco, cisgênero e heterossexual. Desse modo, acreditamos que as lutas pelos direitos das pessoas trans - e da comunidade LGBTQIAP+ como um todo - devem estar articuladas à luta anticapitalista, visto que o sistema do capital tem, no cisheteropatriarcado, uma de suas bases estruturantes.

Em relação à agenda da diversidade humana, consideramos que o marxismo ainda se apresenta como um campo de disputas. Enquanto uma parte das esquerdas tem se fechado no debate em torno da luta de classes, em uma perspectiva ortodoxa e economicista, outras vertentes do pensamento marxiano tem tentado se inserir nesses debates, demonstrando que a classe trabalhadora é diversa e que essa diversidade é constitutiva das relações de produção.

Por fim, acreditamos, também, que a teoria marxiana deve conferir atenção especial aos estudos de gênero e sexualidade, sobretudo àqueles que partem de uma perspectiva crítica, no sentido de compreender o potencial epistemológico dessas pesquisas, bem como da ação política de seus sujeitos, diante da necessidade de construção de uma sociedade mais justa e humanamente emancipada.

Transfeminismo e a luta revolucionária

Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além (Leminski).

É fato conhecido que o feminismo constitui um movimento político significativamente amplo e plural, sendo constituído por diferentes correntes que partem de perspectivas teóricas diversas. Muitas autoras, inclusive, optam por se referirem ao tema no plural, ou seja, feminismos. As diferentes vertentes do movimento (marxista, liberal, radical, negro, trans etc.) surgem a partir das demandas concretas de grupos de sujeitos que, em diferentes tempos históricos, que passam a reivindicar direitos a partir de suas particularidades.

¹² Em linhas gerais, a transfobia consiste em situações de preconceito, discriminação e em violências em geral cometidas contra pessoas trans em razão de suas identidades e/ou expressões de gênero.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em linhas gerais, podemos dizer que o transfeminismo constitui uma corrente do feminismo voltada às questões das pessoas trans. Suas bases datam da segunda metade do século XX, sendo considerado um movimento relativamente novo, que surge a partir da ação política de grupos de sujeitos frente à invisibilização - e mesmo à exclusão - de mulheres trans e travestis dentro do movimento feminista, sobretudo após a chamada segunda onda.

Nos Estados Unidos, o transfeminismo tem, como um dos seus marcos históricos, a publicação, em 1987, do artigo *The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto* (O Império Contra-Ataca: Um Manifesto Pós-Transexual), de autoria da pesquisadora Sandy Stone. O texto consiste em uma resposta ao livro *Transsexual Empire*, da feminista radical Janice Raymond, publicado em 1979, que menciona a existência de um “império transexual”, financiado pela comunidade médica e que reforçaria os estereótipos de gênero por meio de intervenções cirúrgicas. Em resposta presente no artigo, Stone desconstrói concepções biologicistas e essencialistas atribuídas aos corpos considerados “femininos”, denunciando, ainda, o apagamento histórico das/os transexuais nos estudos de gênero.

Outro importante marco na construção histórica do transfeminismo foi a publicação, em 2001, do texto *Manifesto Transfeminista*, de autoria de Emi Koyama. No ensaio, a autora traz um breve resgate histórico acerca do transfeminismo, apontando estratégias para o movimento, no que se refere à política do movimento e à necessidade de articulação com as mulheres cisgêneras e outros sujeitos.

O transfeminismo é, primariamente, um movimento de e para mulheres trans que vêem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (e além). Está também aberto a queers, pessoas intersexo, homens trans, mulheres não-trans, homens não-trans, e outros/as que se revêem na luta destas mulheres e que consideram uma aliança com estas como essencial para a sua própria libertação. [...] Especificamente os movimentos de mulheres transexuais e das travestis, parcelas mais visíveis da população trans, têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e construir suas próprias forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina (Koyama, 2001, p. 2-3).

No Brasil, a literatura transfeminista conta com a publicação de livros, artigos e diversas publicações em sites e nas redes sociais, que têm sido bastante referenciadas nos estudos de gênero e sexualidade, a partir de perspectivas teóricas variadas. Segundo Jesus (2014), o transfeminismo:

pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivos sexuais divergentes do tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (Jesus, 2014, p. 5).

Compreendemos que uma das maiores contribuições do transfeminismo aos estudos de gênero diz respeito à desnaturalização e à desessencialização da categoria “sexo”. Em muitos desses estudos, é comum observarmos a defesa da dicotomia sexo-gênero, sendo o primeiro visto um dado biológico, e o segundo, como uma construção social. Na verdade, em uma perspectiva transfeminista, ambas as categorias são construídas socialmente, o que não significa negar a presença de fatores biológicos e/ou anatômicos na constituição dos corpos.

A concepção do sexo como construção social, entretanto, não é inaugurada pelo transfeminismo, já sendo defendida por autoras como Judith Butler. Em sua obra *Problemas de Gênero*, a filósofa estadunidense critica o binarismo sexo-gênero, difundido, inclusive, dentro próprio movimento feminista, no tocante à existência de um sujeito “mulher” de base universal e essencialista.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2021, p. 27).

Outra importante contribuição do transfeminismo frente à luta contra as formas de opressão e exploração observadas no sistema do capital diz respeito ao seu caráter interseccional. Ao dialogar com outros movimentos, o transfeminismo se insere, por exemplo, nas lutas antirracista e anticapacitista, fortalecendo o seu potencial de transformação política.

O transfeminismo dialoga com o feminismo negro, o feminismo interseccional e o feminismo decolonial, entendendo a necessidade de compreender as opressões em suas correlações estruturais. As opressões de gênero se interceptam com os preconceitos e discriminações de raça/etnia, classe, orientação sexual, localização geográfica, origem, idade, religião, gordofobia, capacitismo, entre outras (Nascimento, 2021, p. 81).

Em uma perspectiva epistemológica, outra contribuição do transfeminismo aos estudos de gênero - e à sociedade como um todo - consiste na ampla disseminação do conceito de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cisgeneridade, utilizado para designar os/as sujeitos/as que não se reconhecem no gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. A utilização do termo contribui para a desconstrução das noções biologicistas de mulher-homem, expressas, por exemplo, em expressões como “mulher biológica”, ou, ainda, “mulher de verdade”. Consideramos a última expressão demasiadamente problemática, ao conceber a existência de determinadas identidades de gênero como “verdadeiras” ou “originais” e outras como “falsas” ou “parodísticas”.

Para Butler, os gêneros são, na verdade, atos performáticos, sendo constituídos por meio de práticas discursivas repetidas. Nesse sentido, para a filósofa, o gênero não possui “status ontológico separado dos vários atos que constituem a sua realidade” (Butler, 2021, p. 235).

O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é (Butler, 2021, p. 56).

Concordamos com Butler quanto à dimensão performativa do gênero. Entretanto, em uma perspectiva crítica, consideramos importante nos questionarmos: Quais são as bases materiais que dão sustentação à produção dos gêneros? Por que determinadas performances são mais ou menos prestigiadas do que outras? Ou, ainda, a que interesses atendem os padrões de gênero socialmente produzidos?

Em uma sociedade capitalista, compreendemos que o binarismo homem-mulher atende a interesses econômicos das classes dominantes, que se expressam na defesa da família nuclear monogâmica, da propriedade privada e na disseminação de padrões de masculinidade e de feminilidade. Esses padrões, por sua vez, são funcionais à lógica do capital, por meio da divisão sexual do trabalho, categoria que, segundo Kergoat (2012, p. 67), consiste na:

forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é modulada histórica e socialmente. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)

Embora a divisão sexual do trabalho, em sua formulação original, não fizesse menção às pessoas trans, trouxe elementos importantes para a realização de estudos subsequentes acerca de como a organização do trabalho por sexo também atinge as pessoas trans de maneira particular.

Para além das questões enfrentadas por toda a classe trabalhadora, decorrentes da financeirização do capital e da reestruturação produtiva, tais como a precarização das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

relações de trabalho e o desemprego, a população trans está sujeita a uma série de opressões e explorações particulares. Dentre elas, podemos citar: privação de acesso no uso dos banheiros, desrespeito ao nome social em crachás e documentos, situações de assédio, discriminação no ambiente de trabalho etc. Já no mercado informal, local onde se encontra a grande maioria dessa população, uma das maiores questões observadas tem sido, sem dúvidas, a prostituição compulsória¹³.

Na sociedade capitalista, o binarismo de gênero, base para a divisão sexual do trabalho, é instituído a partir de interpretações biológicas e/ou anatômicas, que visam catalogar e justificar as diferenças entre os corpos humanos. Nesse sentido, consideramos que as experiências laborais trans contribuem, de forma significativa, para elucidar o caráter sexuado e assimétrico das relações no mundo do trabalho, por meio da desnaturalização da categoria sexo e pela subversão dos padrões de gênero socialmente impostos.

Nesse sentido, concordamos com Palha (2019), acerca do potencial revolucionário do transfeminismo.

É nesse ponto que a ação transfeminista guarda imensa potência. Ainda que na dimensão mais imediata sua busca pela legitimação implique a afirmação do sistema de gênero, a ilegitimidade combatida apoia-se justamente no caráter social-social da relação sexo-gênero. Combater a ilegitimidade do gênero reivindicado por pessoas trans implica pôr sob os holofotes o que o fetiche encobre. Para os movimentos sociais de pessoas trans, o caráter socialmente determinado do sexo, bem como a natureza da sua relação com o gênero, ocupa papel central. A ação política transfeminista, independente de intencionalidade, impõe aos movimentos feministas e socialistas dispostos à aproximação a retomada e o destaque de uma chave teórica imprescindível para a construção de qualquer estratégia revolucionária que se pretenda anticapitalista e que esteja disposta a tratar o gênero com a seriedade que merece (Palha, 2019, p. 40).

Para a autora, embora haja uma tendência de organização do movimento em torno de suas pautas mais imediatas, como o reconhecimento social de suas identidades e a garantia de direitos via políticas públicas, é na desconstrução do caráter natural do sexo que o transfeminismo constrói as bases para a sua inserção na luta anticapitalista.

Em síntese, destacamos três importantes contribuições do transfeminismo para a luta revolucionária: (1) a desnaturalização/ desessencialização da categoria “sexo” e a subversão dos padrões de sexo-gênero, pilares centrais do cisheteropatriarcado e, por conseguinte, do sistema capitalista; (2) o seu potencial interseccional, ao beber das fontes do feminismo negro, do

¹³ O termo “compulsório” é utilizado para evidenciar que, para grande parte das pessoas trans, a prostituição não é algo dado à escolha, mas fruto da exclusão social vivenciada na família, nas instituições escolares e no mercado de trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

feminismo lésbico e das lutas de outros movimentos políticos e (3) a ampliação das discussões em torno da categoria divisão sexual do trabalho, a partir das experiências laborais trans.

Nesse sentido, acreditamos que a pauta da diversidade de gênero deve ser anticapitalista, se inserindo na luta pela construção de um novo modelo de sociedade, mais livre e igualitário. Por outro lado, acreditamos que a luta de classes deve ser, ao mesmo tempo, (trans)feminista, antirracista, antilgbtfóbica e anticapacitista, compreendendo que, nesta sociabilidade, as diferenças inerentes à diversidade humana são apropriadas no modo de produção de forma assimétrica e transformadas em desigualdades.

Por fim, compreendemos que a produção teórica, bem como a ação política transfeminista têm muito a contribuir não só com o movimento feminista mais amplo, mas também com todas/os/es que acreditam na possibilidade de construirmos uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração.

Considerações finais

Sabemos que estabelecer diálogos entre movimentos atravessados por perspectivas teóricas e políticas diferentes - ou mesmo antagônicas - não é uma tarefa simples. Faz-se necessário traçar pontos em comum, a fim de encontrar interconexões que possibilitem uma aproximação que seja, ao mesmo tempo, potente e transformadora. Compreendemos que, embora as lutas de movimentos transfeministas e de feministas radicais possuam particularidades e divergências em relação aos meios, convergem quanto aos fins, expressos na urgência de construção de um modelo de sociedade antipatriarcal e livre de quaisquer formas de opressão e exploração de gênero.

No mesmo sentido, acreditamos que a luta de classes deve ser, ao mesmo tempo, transfeminista, antirracista, antilgbtfóbica e anticapacitista, compreendendo que, nessa sociabilidade, as diferenças inerentes à diversidade humana - como a orientação sexual, a identidade de gênero e a raça/etnia - são apropriadas no modo de produção de forma assimétrica e transformadas em desigualdades. Deslocando o foco de nossas análises dos sujeitos para o "cis-tema", teremos elementos para apreender as diferentes estratégias de opressão e exploração capitalista que incidem sobre as nossas vidas e que nos colocam em lados diferentes da mesma luta.

Por fim, reafirmamos o nosso posicionamento inegociável em relação à defesa de um feminismo trans-includente e que seja construído por todas (e para todas) as mulheres: trans, cis, negras, quilombolas, periféricas, com deficiência etc. Não se trata apenas de dizer que mulheres



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trans também são mulheres, mas sobre não aceitar qualquer definição de cunho essencialista e que não contemple a totalidade das mulheres dessa sociabilidade.

Sabemos que são tempos difíceis, tempos de barbárie e de banalização da vida. Todavia, acreditamos que, apesar do poder aparentemente inabalável das estruturas e da ideologia que insiste em nos separar, é possível construir pontes que nos levem a um lugar comum. Afinal, como nos diz Simone de Beauvoir (2005, p. 66), “O presente não é um passado em potência, ele é o momento da escolha e da ação”. Sigamos, juntas/os/es, na luta!

Referências

AKOTIRENE, K. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

BEAUVOIR, S. de. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BENEVIDES, B. G. (org.) **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DELPHY, C. Patriarcado. In: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, G. G. A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos *queer*. **REBEH** - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, Cuiabá, v. 3, n. 10, p. 150–169, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **17º Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

JESUS, J. G. de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

KOYAMA, E. The transfeminist manifesto. *In*: DICKER, R.; PIEPMEIER, A. (org.). **Catching a wave**: reclaiming feminism for the 21st century. Boston: Northeastern University Press, 2003.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PALHA, A. Transfeminismo e construção revolucionária. **Margem Esquerda** - Revista da Boitempo, São Paulo, v. 33, p. 11-18, 2º sem., 2019.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.